

O QUE REVELAM OS ARQUIVOS ESCOLARES?

Ivanildo Gomes dos Santos¹

Universidade Federal de Alagoas

ivanildoeduc@hotmail.com

Considerações Iniciais

O presente trabalho busca evidenciar a riqueza dos arquivos e acervos escolares para o conhecimento acadêmico nas áreas que abrangem principalmente a arquivística, a história, a educação e a cultura, apresentando-o como o lugar da memória e da história escolar. Pois, entende-se que é a partir dele, de sua valorização, preservação e conservação, que se pode resgatar a memória histórica e educacional das instituições escolares e da comunidade a qual ele pertence.

Em decorrência da conceituação de arquivo, expressa em leis e doutrinas da arquivística, pode-se dizer que arquivo escolar é todo um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por instituições de ensino públicas ou privadas, em virtude do exercício de suas atividades, qualquer que seja o suporte ou a natureza. Pois, como qualquer outro tipo de organização, a escola produz e recebe documentos que registram todas as suas atividades, sejam elas pedagógico-educativas, administrativo-financeiras, dentre outras.

Vale ressaltar que as escolas privadas possuem liberdade de ensino, mas exercem um ofício público, por isso, são autorizadas e reconhecidas pelos Conselhos de Educação. Essa informação torna-se relevante quando se aborda os arquivos desse tipo de escola, principalmente o permanente. Pois, quando uma escola particular é extinta seu arquivo é recolhido à guarda pública, pela Secretaria de Educação. Mas, somente é feita a transferência de documento que decorram de atribuições públicas realizadas pela escola, tais como: pastas individuais de alunos, transferências, históricos escolares, fichas individuais, etc.

Dessa forma, os arquivos escolares, de um modo geral, podem ser considerados como arquivos públicos independentemente do vínculo institucional. Pois, os arquivos escolares privados, quando a escola está em atividade, são de interesse público, e no caso de sua extinção eles passam a ser totalmente públicos, pois são transferidos à guarda pública.

Ao longo de sua vida institucional escolar produz e recebe diversos tipos de documentos que formam o seu acervo documental, dentre eles os que tratam da vida escolar do aluno, tais como: pastas individuais, históricos, fichas individuais, fotografias, diários de classe, atas de resultados finais, relatórios pedagógicos, etc. e; documentos institucionais e funcionais, como, por exemplo, regimentos internos, ofícios, pastas funcionais, formulários de licença, atestados, transferências, remoções, plantas baixas, controle de frequência, boletins de frequência, informes de assunção, informes de reassunção, comunicação de férias, boletins informativos, planejamentos na distribuição das disciplinas e cargas horárias por turno, etc.

Toda essa documentação armazenada no acervo escolar, ao longo do tempo vai adquirindo cada vez mais importância devido ao conteúdo existente, pois possibilita o registro organizado das atividades institucionais, resguardando sua história e memória. Assim, os registros de cada instituição tornam-se seus testemunhos de vida, de sua cultura, memória e particularidades. Mas, esta documentação não diz respeito somente à instituição escolar, pois passa a ter grande relevância para a construção da história local, da história da comunidade a qual ela está inserida, bem como, da história da educação como um todo.

Esse interesse e necessidade de se construir uma cultura voltada para a preservação do patrimônio documental, vem ganhando forças nos últimos anos, quando, principalmente, a partir do desenvolvimento da informática, houve um crescimento da produção documental. Além disso, houve uma maior necessidade do acesso cada vez mais rápido à informação, tanto da parte de quem produz o documento, quanto da de quem o utiliza. Contudo, apesar desse novo contexto, os arquivos ainda continuam em segundo plano, sendo vistos como espaços inúteis e sem significados.

Entretanto, pode-se constatar que, no contexto brasileiro, a disciplina arquivística está progredindo de uma maneira bastante significativa, ainda que seu desenvolvimento tenha ocorrido de forma um pouco tardia. Pode-se dizer que, no Brasil, a arquivística apresenta um período de grandes conquistas, especialmente com a criação de cursos da graduação e especialização em Arquivologia. Esse crescimento, não está acontecendo como os arquivistas ou a sociedade em geral interessada gostariam que ocorresse, mas, analisando seu histórico, vê-se que o desenvolvimento da Arquivologia em nosso país está evoluindo gradativamente. Como analisa Rousseau:

A gestão dos arquivos, a profissão de arquivista e a disciplina arquivística desenvolveram-se consideravelmente ao longo das últimas décadas: a quantidade de serviços de arquivo e de arquivistas aumenta constantemente, a profissão é ensinada nas instituições de caráter universitário, ao mesmo tempo que a investigação teórica e prática, sinal de vitalidade de uma disciplina, se acentua, como atesta o número sempre crescente de publicações. (ROUSSEAU, 1998: 23)

Esse interesse pelos arquivos escolares, mais especificamente, é, também, decorrente da crescente busca pela localização, guarda e socialização dos documentos e objetos sobre a história da educação brasileira. Todo esse movimento demonstra o anseio da sociedade por trocas de experiências e reflexão teórico-metodológicas sobre a situação dos acervos escolares. Contudo, isso não se resume ao cenário brasileiro. Muito pelo contrário, pode ser encontrado com muito mais força em outros países, como por exemplo, em Portugal, onde foi criada a RIHMIE (Rede de Investigadores em História e Museologia da Infância e Educação).

É justamente em decorrência dos novos métodos encontrados pela educação, história, informática e arquivística que os arquivos escolares vêm ganhando importância nos últimos anos. Principalmente, para essas quatro áreas do conhecimento eles tornaram-se fonte de informações preciosas, pois salvaguardam e preservam documentos relevantes para a história da educação, história local e para a memória escolar. Nesse sentido, os arquivos das instituições escolares ocupam o lugar central para a compreensão de fenômenos educativos ao longo dos anos, na história da educação, bem como na história cultural.

Funções e Finalidades dos Arquivos Escolares

Dentre as finalidades e funções dos arquivos escolares, pode-se dizer que primeiramente ele serve de prova. Mas suas funções não se resumem a isso, haja vista que também pode ser utilizado o valor informativo de seus documentos pela instituição ou pela esfera pública para a melhoria das ações futuras, bem como a possibilidade de sua utilização para fins histórico-culturais e didáticos. Dessa forma, os acervos escolares adquirem suma importância para a pesquisa científica, para o governo e para a sociedade. Sobre estas importâncias e finalidades dos arquivos, categoricamente afirma Medeiros:

Mas não só os arquivos escolares terão documentos capazes de provar direitos, ou servirem de meio de prova. Também têm eles papel informativo de grande valia para administração pública. Com os arquivos escolares, a administração, terá informações, por exemplo, da evolução do oferecimento de vagas, de repetência, de evasão escolar, etc, e, com base em seus informes, aquela poderá adotar medidas de planejamento para oferecimento do serviço público de educação, ou para sanar situações, atender demanda, resolver carências. Esse valor informativo é de fundamental importância. São dados com que trabalha o administrador público para prestar contas de atividade, analisar desempenho e planejar. (MEDEIROS, 2003:5)

Em seu caráter probatório, o arquivo escolar, geralmente é utilizado por alunos ou ex-alunos, os quais fazem o requerimento de seu histórico escolar ou certificado de conclusão do curso. Com estes, eles poderão comprovar o seu grau de escolaridade, e assim fazer inscrição em cursos, concursos, vestibulares, dar entrada em planos de cargos e carreiras, etc. Dessa maneira, o arquivo escolar cumpre a função inicial de qualquer arquivo, que é a sua utilização para comprovar um fato, constituindo-se em direitos dos indivíduos e das instituições. Como afirma Paes:

As definições antigas acentuavam o aspecto legal dos arquivos, como depósitos de documentos e papéis de qualquer espécie, tendo sempre relação com os direitos das instituições ou indivíduos. Os documentos serviam apenas para estabelecer ou reivindicar direitos. (...) (PAES, 2006: 19)

Pode servir-se dele, também, a própria instituição, seja ela pública ou privada, ou mesmo a administração pública para poder se auto-avaliar e fazer o seu planejamento estratégico para o ano seguinte ou para os próximos anos. Pois, constam nos acervos relatórios pedagógicos contendo os índices de aprovação, repetência, desistência e evasão. Esses dariam o suporte necessário para tomada de decisões futuras.

Outra função importante do arquivo escolar é a sua utilização para fins históricos, científicos e didáticos. Com essa possibilidade, ainda pouco explorada, é possível construir bibliografias escolares, refletir sobre formas de ensino dominante numa determinada época, procurar desvendar o cotidiano escolar, bem como utilizá-lo para o ensino da história local. Assim, o arquivo escolar torna-se uma grande opção na investigação historiográfica. Como analisa Vidal:

(...) Sede privilegiada de uma multiplicidade de acções humanas, pedagógicas, culturais, sociais, afectivas, produto de um quotidiano sempre reinventado, da instituição educativa não resta por vezes mais que um resíduo documental, irregularmente repartido no tempo e pouco representativo, nomeadamente no que se refere à riqueza do quotidiano escolar.

Com efeito, a uma gestão do acto pedagógico de uma forma geral muito selectiva, relativamente à quantidade e à qualidade da informação que os intervenientes entendem dever conservar, (...) tem vindo a associar-se, por outro lado, a ausência de uma política esclarecida sobre a conservação, preservação e organização documental, pelo que os fundos documentais das instituições educativas têm ficado dependentes do arbítrio dos agentes responsáveis e dos imprevistos que o tempo e a gestão dos espaços, por vezes exíguos, permitem. (VIDAL, 1999:75)

Do ponto de vista didático, esses acervos podem propiciar aos alunos várias situações de atividades e exercícios, que poderão ser apropriadas, de acordo com a sua natureza, pelas diferentes disciplinas da matriz curricular. No entanto, por trás destas atividades os estudantes encontrarão a iniciação à pesquisa científica, o desenvolvimento do pensamento formal, a valorização da memória, o desenvolvimento de uma consciência histórica acerca da realidade, o fortalecimento da identidade e da auto-estima. Essas são apenas algumas contribuições que, do ponto de vista pedagógico, o arquivo escolar pode oferecer.

Esse contato com a documentação histórica da escola pode fazer com que os estudantes descubram, por exemplo, em que ano e por qual pessoa foi criada a escola, que pessoas por ela passaram, qual o contexto-histórico de sua criação, que mudanças sofreu em sua estrutura física ao longo de sua existência, a oferta de diferentes cursos ministrados no decorrer dos anos ou décadas, os diferentes modelos de organização de matrizes curriculares e horários, os métodos avaliativos e materiais pedagógicos que foram utilizados, a importância que teve e tem para a sua comunidade.

Na perspectiva da ciência histórica, ele propicia espaço para a construção da memória educativa. Pois, seu acervo demonstra o cotidiano escolar, o dia-a-dia das ações pedagógicas e administrativo-financeiras, que podem servir de lastro para uma pesquisa em história e história da educação relacionada com a instituição em si, com alguma personalidade que estudou ou trabalhou naquela escola, ou ainda em relação à comunidade local. Isso é possível, pois, não há diferença de metodologia para a construção da história da educação e a história cultural. Como analisa Fonseca:

A História da educação, como especialização da história, ou, dito de forma mais consistente, como campo temático de investigação, não tem fronteiras a definir com a história cultural. Antes, utiliza seus procedimentos metodológicos, conceitos e referenciais teóricos, bem como muitos objetos de investigação. (FONSECA, 2003:59)

História da educação essa, que atualmente passa por uma reformulação e reavaliação, que cada vez mais evidencia o papel e a importância do arquivo escolar, pois ele torna-se fundamental para a reflexão sobre aspectos da identidade escolar e da relação entre a escola e a comunidade. Pois, é a partir do entendimento de que os arquivos escolares são fontes primordiais para a pesquisa na área de história da educação e história local, que se pode empreender esforços para a preservação destes acervos.

Assim, a apresentação de uma nova definição na relação da escola com a comunidade a qual ela está inserida, poderia assegurar uma maior amplitude na constituição de fontes e na política de preservação dos acervos para a história e a memória escolar, bem como favoreceria a pesquisa em história da educação. No

entanto, esses documentos muitas vezes são destruídos por se desconhecer a sua importância para o estudo dos tempos pretéritos.

Dessa forma, passa-se a entender que os arquivos escolares não contêm somente a história institucional ou funcional, ou ainda da vida de alunos e ex-alunos, mas contém registros da vida familiar, dos costumes de uma determinada época, dos modos de pensar, da luta pela sobrevivência, das guerras e migrações. Todas essas informações que compreendem épocas distintas interessam aos estudiosos da cultura, pois permite compreender a história do ponto de vista dos esquecidos, pois, esses arquivos guardam segredos, sonhos, expectativas, projetos de vida.

Dessa maneira, o arquivo escolar contribui com a história, por exemplo, apresentando nomes de alunos, nomes de pais, profissão de pais, desempenho dos alunos, bem como o desvendando cotidiano vivido por professores, diretores, funcionários, dentre outros. Esses dados podem servir à história e a sociologia, por exemplo, para pensar a escola pública, suas práticas, e seus serviços, eventualmente desmitificando o passado.

Falta de Preservação dos Acervos

A falta de interesse pela preservação desse tipo de arquivo, particularmente falando, bem como o não entendimento deles como fonte de pesquisa torna-se idéias cada vez mais freqüentes nos ambientes escolares, pois geralmente as escolas não estão preocupadas em salvaguardar seus acervos. Os estudos sobre a cultura escolar revelam a não valorização do acervo documental ou arquivos no interior da escola. Como avalia Ludke e André:

Em geral as escolas não mantêm registro de suas atividades, das experiências feitas e dos resultados obtidos. Quando existe algum material escrito, ele é esparso e conseqüentemente pouco representativo do que se passa no seu cotidiano. É evidente que esse fato também é um dado do contexto escolar e deve ser levado em conta quando se procura estudá-lo. (LUDKE & ANDRÉ, 1986:40)

Os funcionários das escolas sejam eles professores, diretores, coordenadores, secretários escolares, agentes administrativos, geralmente consideram os arquivos escolares como sem importância. Por isso, para Menezes esses acervos são vistos como “papéis velhos” pelos funcionários da instituição:

As fontes documentais históricas, principalmente as mais antigas, são vistas como “papéis velhos”, sem valor, pela maioria das pessoas que trabalham na área administrativa da escola, como também por professores e funcionários. (MENEZES et al, 2005:68)

Da mesma forma, percebe-se claramente que os superiores hierárquicos daqueles que trabalham nas instituições educacionais não dão a devida atenção aos arquivos escolares. É por isso que Gusmão considera que as Secretarias de Educação não estão assumindo a sua responsabilidade na preservação dos acervos escolares:

(...) As Secretarias Estaduais de Educação, responsáveis administrativamente pela maioria destas instituições, também não assumiram uma política de guarda e preservação dos acervos. (GUSMÃO, 2005:2)

A partir dessas concepções, pode-se perceber claramente que há um desprezo por estes acervos, que na maioria das vezes estão relacionados a suportes antigos. Isso contribui para o esquecimento do cotidiano vivido por inúmeras pessoas: alunos, professores, diretores, coordenadores e demais funcionários.

Por causa desse desprezo os acervos escolares são fontes de pesquisa pouco ou quase nada conhecidas, haja vista a falta de conhecimento da existência deles como fontes para a pesquisa da história da educação. É claro que muitos desses documentos depositados nesses locais são fontes inéditas para a pesquisa, pois apresentam uma identificação própria, carregada de historicidade, na qual é possível construir ou reconstruir de maneira sistematizada o itinerário de vida da instituição ou de pessoas ligadas a ela. Sobre essa novidade, analisa Gusmão (2005, p.2) “a organização dos arquivos escolares coloca-se como novidade a sugerir abordagens inusitadas para arquivistas, pesquisadores, professores e alunos” (...).

Os arquivos, em geral, e os arquivos escolares, em particular, são espaços com pouco investimento de preservação por parte dos administradores, sejam eles públicos ou privados. E a falta desses investimentos ocasiona na eliminação indiscriminada de seus documentos. Por isso, faz-se necessário mais investimento na preservação destes acervos, para que tragam maiores possibilidades e ajude a construir acervos para investigações sobre a vida, a escola, a vida na escola e a escola na vida das pessoas.

Além disso, preservar esses acervos é subsidiar pesquisas de estudiosos, professores e alunos que desejam desenvolver estudos na perspectiva histórica, filosófica, sociológica, psicológica ou antropológica da vida escolar. Pois, eles, dentre outras coisas, evidenciam metodologias de ensino, práticas educativas, currículo, história das disciplinas, processos de alfabetização, dentre outros aspectos.

Toda essa análise do potencial, importância, funções e finalidade conduzem a uma reflexão sobre a salvaguarda e preservação dos arquivos escolares, sobre as suas condições de instalação, sobre a organização correta dos documentos, bem como a sua utilização e acesso as informações. Toda essa reflexão leva a uma indagação, a de qual seria o verdadeiro lugar dos arquivos nas instituições escolares? O que se sabe é que na realidade eles não têm recebido a devida atenção e/ou possuem funções específicas que muitas vezes são desconhecidas pela própria instituição.

Contudo, esse quadro de falta de preservação e escassez de documentos nos ambientes escolares vem se modificando nos últimos anos. Haja vista, as várias iniciativas desenvolvidas em diferentes países, principalmente a partir da ciência histórica e da história da educação, em favor da valorização e conservação da memória e história das pessoas comuns, ou seja, da história dos vencidos.

Considerações Finais

Não se pode negar que o arquivo escolar pode oferecer uma grande contribuição para a sociedade, haja vista, o seu valor administrativo, acadêmico, científico, cultural e social, principalmente para a história da educação. Por isso, acredita-se que todas as instituições educacionais sejam elas públicas ou privadas

devem procurar pensar em um projeto de gestão documental que sistematize seus procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros, com o intuito de controlar a produção de documentos, seu emprego e sua destinação. Isso porque os arquivos escolares devem ser vistos como fontes que objetivam fornecer para os pesquisadores informações sobre os procedimentos e decisões do passado da escola.

Contudo, vários fatores como a falta de uma política arquivística mais específica, que seja direcionada para a área educacional, seja em nível nacional, estadual e municipal, e a falta de pessoal qualificado para tratar essa documentação, acrescentadas a outros problemas, impedem que os arquivos escolares dêem contribuições bem mais significativas as áreas supracitadas.

É preciso que os gestores despertem um maior interesse em relação ao arquivo institucional, valorizando-o, para que assim a Unidade de Ensino proporcione aos ex-alunos, alunos, pais de alunos, professores e funcionários, enfim a toda comunidade escolar melhor desempenho e qualidade nos serviços oferecidos.

Neste sentido, torna-se muito importante empreender esforços diversos na busca da conservação e preservação dessas fontes de pesquisa, pois é de extremo interesse da sociedade, uma vez que é necessário construir meios de democratizar o acesso a estas, possibilitando sua funcionalidade com qualidade e permitindo a sistematização do conhecimento acadêmico. Pois, somente dessa maneira pode ser possível resgatar a memória histórica e educacional.

¹Aluno Especial do Mestrado em Educação Brasileira PPGE/CEDU/UFAL.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONSECA, Thaís N.L. História da Educação e História Cultural. In: VIEGA, Cynthia G. & FONSECA, Thaís N.L. (orgs). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 49-76.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

GUSMÃO, Emery Marques. **Arquivos Escolares, Memória e Cultura**. UNESP-FCLAs-CEDAP, V.1, n.1, 2005.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **Arquivos escolares – breve introdução a seu conhecimento**. Palestra proferida no III Colóquio do Museu Pedagógico, em 17/11/2003, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB - Vitória da Conquista-BA.

MENEZES, Maria Cristina et al. **O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história**. In: Horizontes, v. 23, n. 1, p. 67-76, jan./jun. 2005.

VIDAL, Diana G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa F. e VALDEMARIN, Vera T. (orgs.) **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr, p.3-30.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**, Rio de Janeiro-RJ: Editora FGV, 2006. 228p.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol; ARES, Florence. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. 356p.